



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dispõe sobre a garantia de acervo mínimo de livros às famílias de estudantes da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** É assegurado às famílias de estudantes da educação básica pública um acervo mínimo de livros.

**Art. 2º** Cada família, com filhos de até 17 anos matriculados em instituição pública de ensino, receberá, em doação, a cada bimestre letivo, dois livros de conteúdo literário, artístico ou científico, constantes de catálogo elaborado na forma do regulamento.

§ 1º A distribuição das publicações de que trata o *caput* ficará a cargo e sob a responsabilidade da instituição em que o aluno estiver matriculado.

§ 2º As famílias que se enquadrem no critério de distribuição farão jus a apenas um conjunto de publicações, independentemente do número de filhos matriculados, mesmo que em estabelecimentos diversos.

§ 3º O catálogo de títulos a serem disponibilizados será atualizado a cada dois anos, nos termos do regulamento.

**Art. 3º** O disposto nesta Lei será financiado com recursos orçamentários da União, vedada sua contabilização para efeito do disposto no art. 212, *caput*, da Constituição Federal.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SF/19338.25662-97

## JUSTIFICAÇÃO

Em 30 de abril de 1938, foi editado o Decreto-Lei nº 399, que definiu o conceito de salário mínimo e, por extensão, o de “cesta básica” do trabalhador, tão importante na sociedade brasileira desde então.

O salário mínimo, a que todo trabalhador tem direito, se definia então como “a remuneração mínima capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”.

Passados oitenta anos, o Departamento Intersindical de estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apresenta atualmente uma noção de cesta básica limitada a treze itens de alimentação: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga. Entretanto, o salário mínimo, segundo a Constituição de 1988, incorpora outras necessidades e deve prover as necessidades não de um só trabalhador, mas da sua família.

Vê-se, assim, como estamos longe de propiciar uma vida digna para as famílias dos trabalhadores brasileiros.

É inegável, no entanto, a influência benéfica, embora limitada, do conceito de salário mínimo e de cesta básica na sociedade e na economia brasileira. Nesse sentido, quero contribuir para a evolução do conceito de cesta básica e, evidentemente, para um acréscimo no valor de seus componentes para as famílias brasileiras.

A ideia central desta proposição é demonstrar que a cesta básica não se compõe somente de produtos alimentares. É preciso que os livros passem a fazer parte dela e do cotidiano de “aquisição” patrimonial das famílias brasileiras. Estudos têm mostrado a diferença positiva de desempenho na alfabetização de crianças, quando elas dispõem em casa de livros, jornais e revistas.

Ora, se cada criança e adolescente matriculado em escola pública – federal, estadual e municipal – levar para casa, como presente da sociedade brasileira, dois bons livros a cada bimestre, todas as famílias vão contar com uma modesta, mas poderosa, biblioteca em seus lares, com impactos importantes no desenvolvimento cognitivo, cultural e moral das crianças e também dos seus pais.



Calcule-se a riqueza de difusão cultural que propiciará a distribuição massiva de clássicos de nossa literatura, bem como de obras artísticas e científicas a que a maioria da população hoje não tem acesso, embora constem, muitas vezes, de bibliotecas pouco frequentadas pelas famílias pobres, cujos membros somam a maioria de nossa nação.

Por fim, cumpre-nos dizer que nesta proposição nos valem da ideia que o Senador Cristovam Buarque apresentou por meio do Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2008. Essa proposição, pelas suas qualidades, chegou a ser aprovada no Senado Federal, tendo sido, no entanto, arquivada na Câmara dos Deputados. Julgamos que é necessário retomá-la.

Em razão do exposto, conto com o apoio dos parlamentares para aperfeiçoar e aprovar o presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



SF/19338.25662-97